

RESUMO EXPANDIDO DE RELATO TÉCNICO

Mapeamento da acessibilidade em espaços públicos no noroeste do paraná.

Gustavo Henrique Zarske de Deus, Fisioterapia, Integrado Campus, Brasil

Gabriel Gusmão Aveiro, Fisioterapia, Integrado Campus, Brasil

Elaine Cristina Costa Lopes, Fisioterapia, Integrado Campus, Brasil,
elaine.costa@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta o mapeamento da acessibilidade em espaços públicos de um município no Noroeste do Paraná, realizado por acadêmicos de Fisioterapia. A intervenção consistiu na análise de barreiras arquitetônicas para a elaboração de um diagnóstico de mobilidade urbana, focando nas limitações impostas a Pessoas com Deficiência (PcD). O problema abordado é a desconformidade das vias públicas com as normas de inclusão, o que compromete a autonomia e a saúde funcional dos usuários (Sasaki, 2017).

A relevância deste levantamento é corroborada pelos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE), que indicam que aproximadamente 18,6 milhões de brasileiros (8,9% da população com 2 anos ou mais) possuem algum tipo de deficiência. Destes, a deficiência motora e visual — as mais impactadas pelo desenho urbano — representam parcelas significativas (3,4% e 3,6%, respectivamente). Além disso, o Censo revela que quase metade da população acima de 65 anos possui limitações funcionais, o que torna a adequação das vias uma questão urgente de saúde pública e gerontologia.

O objetivo deste trabalho é descrever o levantamento técnico e analisar as falhas estruturais que impedem o acesso igualitário à cidade. A análise considera variáveis como o planejamento urbano regional e a conservação das calçadas, fatores que influenciam diretamente os resultados obtidos (Biancolino; Maccari; Rabechini, 2012).

A atuação dos acadêmicos permitiu uma visão detalhada sobre a funcionalidade e segurança do ambiente. O processo utilizou critérios técnicos da ABNT NBR 9050 para confrontar a realidade local com as diretrizes de acessibilidade vigentes, evidenciando os principais gargalos de infraestrutura da região e os impactos da negligência técnica na mobilidade reduzida (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023).

MÉTODO

A atividade foi executada por acadêmicos do curso de Fisioterapia, unindo a visão clínica sobre funcionalidade humana ao levantamento técnico de infraestrutura urbana em diversos pontos de acesso público no Noroeste do Paraná.

As atividades foram divididas em três etapas principais:

Seleção e Visita: Foram selecionados pontos estratégicos de atendimento à comunidade, incluindo Centros de Educação Infantil (CMEIs), Escolas Municipais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e repartições de segurança pública.

Coleta de Dados e Registro Fotográfico: Durante as visitas, os acadêmicos realizaram o registro fotográfico sistemático das rotas de acesso. O foco inciduiu sobre a presença e as condições de conservação de rampas de acesso, a continuidade dos rebaixamentos de guia, a integridade das calçadas e a existência de piso tátil direcional e de alerta.

Análise Comparativa: Os dados coletados foram confrontados com os parâmetros de acessibilidade vigentes, permitindo identificar pontos de conformidade e, principalmente, as barreiras arquitetônicas que geram riscos de quedas ou impedem a locomoção independente.

O processo baseou-se na experiência prática dos acadêmicos, que utilizaram o olhar da fisioterapia para avaliar a ergonomia do ambiente e a segurança funcional oferecida à população com mobilidade reduzida. Essa metodologia detalhada é essencial para que o processo de mapeamento resulte em um diagnóstico fidedigno à situação-problema relatada.



Figuras 1: Imagens de Escola Municipal, Pronto Atendimento 24 Horas e Banco.



Figuras 2: Imagens de Delegacia e Parque para lazer.



Figuras 3: Imagens de SECEL (Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer) e Prefeitura.

O mapeamento urbano realizado no município revela um cenário de contrastes críticos, onde a infraestrutura pública de Segurança, Educação e Saúde apresenta falhas severas de acessibilidade. Em locais destinados ao atendimento policial e ao ensino municipal, observam-se calçadas em avançado estado de degradação, ausência de rampas normatizadas e falta de sinalização tátil, o que anula a autonomia de pessoas com deficiência. Mesmo em unidades de pronto atendimento, onde a demanda por acessibilidade é imediata, a execução de rampas de calçada com inclinações laterais perigosas demonstra que a existência de uma adaptação isolada não garante a segurança do usuário, contrariando as garantias de autonomia e livre circulação estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Nos prédios da Administração Municipal e áreas de Lazer, o fenômeno da "acessibilidade incompleta" se destaca pela descontinuidade das rotas. O piso tátil, quando presente, frequentemente termina em áreas vazias ou é obstruído por obstáculos como bancos e mobiliário urbano, enquanto parques públicos apresentam barreiras físicas que bloqueiam o percurso até os equipamentos de recreação. Essa fragmentação da rota acessível transforma o direito de ir e vir em um percurso de riscos e dependência, evidenciando o descumprimento dos parâmetros técnicos de sinalização e alcance visual determinados pela NBR 9050 (Abnt, 2020).

Em contrapartida, a instituição bancária mapeada surge como o principal referencial normativo, apresentando rampas com corrimãos em duas alturas, sinalização tátil integrada e vagas reservadas devidamente sinalizadas. Para que os espaços públicos atinjam esse padrão, é urgente a readequação das rotas táteis, a padronização das inclinações de rampa em no máximo 8,33% e a manutenção rigorosa dos pavimentos para eliminar trepidações. A aplicação desses critérios é a única via para garantir que o planejamento das cidades não segregue indivíduos, promovendo uma integração segura e digna através de um sistema urbano contínuo e inclusivo (Ferrari; Seki, 2015).

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estudo foi realizado com foco na Prefeitura Municipal, órgão responsável pela gestão do espaço urbano e dos prédios públicos visitados. A organização é uma entidade estatal (pública), o que significa que sua natureza é de direito público e seu capital é totalmente nacional, sendo administrado pelo poder executivo local para servir à população.

A instituição atua no setor de serviços, entregando assistência direta aos cidadãos em áreas como educação, saúde, segurança e lazer. Em termos de porte e localização, a organização atende a uma cidade de médio porte no Noroeste do Paraná, contando com um quadro de funcionários formado por servidores públicos de diversas áreas. Por ser o órgão máximo de gestão local, ela não possui "concorrentes", mas tem a obrigação legal de seguir padrões federais de qualidade e acessibilidade em todos os seus serviços e estruturas.

A estrutura organizacional é dividida por secretarias (como a de Obras, Saúde e Educação), que funcionam de forma hierárquica. Quando há necessidade de reformas ou construções, a prefeitura se organiza através de projetos coordenados pelo setor de urbanismo. O problema central identificado é que, embora existam projetos de melhoria, a execução prática das obras muitas vezes ignora normas básicas de acessibilidade, criando dificuldades no dia a dia para pessoas com deficiência que precisam utilizar esses espaços públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados no mapeamento revelam uma realidade de "acessibilidade fragmentada" no município. Durante as vistorias em locais de Segurança, Saúde e Educação, observou-se que a simples presença de rampas não garante a inclusão real. Na unidade de segurança, por exemplo, embora exista uma rampa com apoio metálico, o equipamento encontra-se em condições precárias de conservação e não atende aos requisitos de ergonomia, apresentando apoio irregular e piso externo com falhas que dificultam a aproximação, o que demonstra que a infraestrutura urbana muitas vezes ignora as necessidades reais de usuários com mobilidade reduzida (Sasaki, 2017).

Ao analisar os prédios da Administração Municipal e as áreas de Lazer, o problema central identificado foi a falta de continuidade das rotas acessíveis. O piso tátil,

quando presente, foi instalado de forma isolada, muitas vezes terminando em obstáculos como bancos de concreto ou áreas sem saída, como notado na prefeitura e no parque, onde o acesso aos equipamentos de recreação é bloqueado por mobiliário mal posicionado. Essa fragmentação da rota transforma o direito de ir e vir em um percurso de riscos, evidenciando que o planejamento urbano local ainda não compreende a acessibilidade como um sistema integrado de circulação (Duarte; Cohen, 2012).

Em contraste, a estrutura da instituição bancária apresentou o melhor desempenho técnico, com rampas de inclinação correta e sinalização tátil funcional. Este resultado positivo reforça que a acessibilidade depende de um projeto rigoroso e de uma execução fiel aos padrões de inclusão. O confronto entre o setor público e o privado neste estudo demonstra que, enquanto o primeiro ainda trata a acessibilidade como uma adaptação improvisada e mal mantida, o segundo a integra como um requisito básico para a convivência democrática no espaço construído (Cambahuba, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este mapeamento alcançou o objetivo de mostrar como a cidade lida com a acessibilidade em seus pontos mais importantes. Os resultados deixam claro que ainda existe um longo caminho para que a inclusão seja real. Vimos que não basta apenas construir uma rampa ou colocar um piso tátil se essas estruturas não forem bem planejadas e mantidas. Na prática, o que encontramos em locais de saúde, educação e segurança foram soluções improvisadas que, em vez de ajudar, acabam criando novas dificuldades e riscos para quem tem mobilidade reduzida (Dischinger, 2012).

Como pontos que limitaram este trabalho, vale destacar que a análise foi feita com base na observação visual e fotográfica, sem o uso de equipamentos de medição técnica para conferir cada centímetro de inclinação ou largura. Além disso, o estudo focou nas áreas externas e acessos principais, não detalhando as barreiras que podem existir dentro de cada repartição. Mesmo assim, o contraste entre a eficiência do setor bancário e os problemas encontrados nos prédios públicos prova que a acessibilidade funcional é possível, desde que haja vontade política e fiscalização correta (Pagliuca, 2011).

Para estudos futuros, seria interessante pesquisar o custo real para reformar essas estruturas em cidades de médio porte, como as do Noroeste do Paraná. Também sugere-se investigar se os gestores públicos e engenheiros locais recebem treinamento adequado sobre as normas de acessibilidade. Afinal, adaptar a cidade não deve ser visto como um gasto extra ou um favor, mas sim como um investimento básico para que todos os cidadãos possam circular com a mesma dignidade e segurança (Guedes, 2014).

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Urbana. Noroeste Paranaense. Mobilidade Reduzida. Nbr 9050. Inclusão Social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BIANCOLINO, C. A.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A.; RABECHINI Jr., R. Protocolo para Elaboração de Relatos de Produção Técnica. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 3, n. 2, p. 294-307, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CAMBAHUBA, T. **Acessibilidade e Desenho Universal**: a importância da inclusão no espaço construído. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

DISCHINGER, M. **Desenhando a cidade inclusiva**: estratégias de acessibilidade aplicada. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. **Acessibilidade urbana**: um direito de todos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FERRARI, M. A. R.; SEKI, N. **O desenho universal na constituição do espaço urbano**. São Paulo: Editora Senac, 2015.

GUEDES, M. P. **Mobilidade e cidadania**: o desafio das cidades brasileiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PAGLIUCA, L. M. F. **Acessibilidade e deficiência**: percepções e barreiras. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 12. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2017.